



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-  
DATA: fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015**

**NOTA DE ESCLARECIMENTO I**

**ÀS EMPRESAS INTERESSADAS NO CERTAME**

Torno público a todos os interessados em participar do **Pregão Eletrônico nº 001/2015**, a Solicitação de Esclarecimentos encaminhada pela empresa BRASIL FACILITY CLEAN ASSEIO E CONSERVAÇÃO, acerca do certame supra mencionado e os respectivos esclarecimentos prestados.

**QUESTIONAMENTOS:**

*Prezados Senhores:*

*Boa tarde*

*Com relação ao pregão eletrônico nº 001/2015, não estamos vendo o motivo para apresentar atestado técnico que conste a declaração afirmando ter 500 funcionários fixos, haja vista que o serviço a ser licitado é de pequeno porte.*

*Esta exigência só limita a participação de pequenas empresas que são as que mais geram postos de trabalho não só nesse ramo de atividade como nos demais*

*Trata-se da letra "f" do item 13.5.1.1 do edital*

*Gostariamos também de questionar a não exigência legal de apresentar o registro de inscrição no CRA (Conselho Regional de Administração) bem como a averbação nesse órgão dos referidos atestados*

*Diante disto solicitamos a modificação do edital e a abertura de novo prazo de realização do pregão*

*Obrigado*



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-  
DATA: fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**ESCLARECIMENTOS PRESTADOS:**

**À Empresa BRASIL FACILITY CLEAN ASSEIO E CONSERVAÇÃO,**

- 1- Em atenção a primeira solicitação formulada, informo que foi objeto da Errata nº 001/2015, já publicada e inserida no SIGA;**
  
- 2- Em atenção, ao questionamento acerca da não exigência de inscrição no CRA, bem como a averbação nesse órgão do referido atestado, esclareço que a Administração, baseada no princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, decidiu pela não inclusão de tais exigências no Edital do certame, entendendo que o registro em entidade profissional deve guardar estrita relação com a atividade-fim dos licitantes. As empresas de conservação e limpeza não tem como atividade finalística a atuação típica de profissional de administração, não sendo razoável, portanto, exigir a sua inscrição no CRA, exigência esta, que extrapolaria os limites de proporcionalidade, considerando o objeto do certame licitatório em questão.**

**Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015.**

**ADRIANA PAIXÃO DE ALMEIDA**  
**PREGOEIRA**